

# CONSIDERAÇÕES SOBRE A TRANSFORMAÇÃO DA AGRICULTURA TRADICIONAL EM UM COMPLEXO MODERNO<sup>1</sup>

Giancarla Salamoni\*

Lucia Helena de Oliveira Gerardi†

## RESUMO

O presente trabalho trata de reflexões das autoras sobre a questão da relação agricultura tradicional camponesa versus Complexos Agroindustriais. As autoras discutem as transformações sofridas pela produção familiar no processo de integração ao CAI e a luta daquelas unidades de produção/consumo pela manutenção de sua autonomia.

**Palavras-chave:** Complexo Agroindustrial-CAI, agricultura camponesa.

## ABSTRACT

The concerning of this text is the relationships between the traditional - peasant - family agriculture and the agro-industrial complex (CAI). The authors discuss the transformation suffered by the familiar agricultural production during the process of integration to the CAI and the strategies that are used by these production/consumation unities to assure this authonomy.

**Key words:** agroindustrial complex, peasant agriculture

A agricultura, no seu sentido mais amplo, é entendida como sendo o resultado das atividades desenvolvidas por indivíduos sobre uma determinada área.

Nos primeiros tempos de vida do homem sobre a terra, este era extremamente dependente das condições oferecidas pela natureza. A partir da descoberta e introdução de técnicas ligadas às atividades agrícolas, foi alcançado um certo grau de independência em relação ao meio natural. Em contrapartida, isso resultou na formação de

---

<sup>1</sup> Trabalho financiado pela FAPESP - Bolsa Mestrado - Proc. 90/3523-0.

\* Universidade Federal de Pelotas.

† Universidade Estadual Paulista - IGCE - Dept<sup>o</sup> de Cartografia e Análise da Informação Geográfica - Rio Claro - SP.

organizações complexas e dependentes de fatores externos, onde o trabalho passa a ser dividido e o espaço produtivo, reorganizado.

O rompimento com os sistemas anteriores de produção deflagra o início de um novo período na história da agricultura. Nessa fase, as atividades dominantes encontram-se alocadas no circuito urbano-industrial, em torno do qual os demais setores econômicos passam a gravitar. Os produtores rurais ingressam no "circuito-vicioso" do capital - expresso pelos mecanismos de crédito financeiro - responsável pela sua transformação em compradores/financiadores da produção agropecuária. Conseqüentemente, surge a necessidade de se envolver mais nos circuitos monetários e de mercado, introduzindo elementos que afetam a lógica e a própria natureza da forma de produzir no agro, o que implica, nas palavras de Muller em:

*"desconsiderar a terra e as relações sociais estabelecidas a partir da sua apropriação como núcleo de análise e interpretação e, por força, como núcleo de entendimento das atuais questões agrárias". (MULLER, 1984, p.79)*

Porém, o mesmo autor esclarece que isto não significa que a terra e as relações a ela atreladas sejam eliminadas dos estudos acerca da agricultura, mas que, impreterivelmente, devem ser redefinidas, frente as modificações em curso no campo. A partir da expansão do processo de modernização, as relações de produção tornam-se mais complexas e adquirem uma certa independência das restrições naturais, ou seja, o cultivo da terra deixa de estar ligado unicamente à subsistência e passa a voltar-se para a agricultura do mercado, por vezes especializada na produção de matérias-primas para indústria. Certamente nesse momento a produção realiza-se sob um aporte econômico e técnico-científico superior à situação anterior, na qual predominava o auto-abastecimento das unidades produtivas.

Ainda que atualmente a agricultura participe apenas com uma parcela de 10-12% do PIB do País, ela tem uma importância relevante para a economia como um todo, especialmente para o desenvolvimento do setor industrial. (Rev. da Indústria, 1988).

Daí que as transformações ocorridas nas atividades agropecuárias, desde meados dos anos 60, ganharam magnitudes tais, que impõem uma revisão dos marcos teóricos utilizados na análise do desempenho das atividades pertinentes aos vários setores da economia brasileira. A necessidade de tal procedimento justifica-se vis-à-vis à existência de um processo tecno-econômico e sócio-político que solapou as bases tradicionais da agricultura, tornando-a inviável como fator de

reprodução social, a ponto de ser induzida a adotar os veículos de integração (crédito, maquinaria, insumos industriais, entre outros) com outros setores, como condição de sobrevivência dentro de contexto dos novos padrões reguladores da economia.

Essa nova dinâmica não pode mais ser apreendida pelo enfoque setorial das atividades produtivas, ou seja, pela consideração da agricultura como um setor da economia. Agora deve-se compreender que o desempenho econômico das atividades agropecuárias depende da dinâmica dos setores industriais e das formas e graus de interação destes com o setor agrário.

Nesse sentido, a forma de produzir e de organizar os mercados agrícolas encontra-se calcada na constituição e expansão dos ramos da indústria fornecedora dos meios de produção modernos e das agroindústrias processadoras dos produtos agropecuários. Observa-se, então, que, embora as paisagens do campo e das cidades sejam visivelmente diferentes, ambas formam uma só realidade, sob o comando do setor urbano-industrial, centro de controle das decisões econômicas, políticas e sociais, que movem o sistema produtivo do País.

Sabe-se que atualmente, grande parte dos agricultores familiares encontram-se vinculados ao capital comercial e industrial, uma vez que a produção agrícola é destinada à demanda dos setores externos à agricultura, os quais sujeitam essa produção à competição e às leis do mercado capitalista. Em consequência, estabelece-se um duplo processo de autonomia subordinação camponesa, materializado em formas específicas de trabalhar a terra com os meios de produção disponíveis.

Na maioria das vezes, a intensificação das relações de produção capitalistas estabelecidas entre o setor industrial e agrícola encontra seu reverso na gradativa subordinação da pequena unidade produtiva familiar. Em regra, a sua reorganização interna baseia-se na exploração da força de trabalho. A redefinição das relações sociais de trabalho procura compatibilizar o potencial de mão-de-obra familiar disponível e a utilização de tecnologia moderna. Nesse sentido, a organização do trabalho sofre alterações na sua natureza, intensidade e ritmo, e a mão-de-obra familiar vê ampliada sua capacidade de produzir, expressa no aumento da produtividade do trabalho.

O fato de os produtores familiares integrados estarem submetidos à tecnologia, ao financiamento e à comercialização prevaletentes na economia capitalista não significa que não possam dispor de nenhuma autonomia no processo produtivo. Mesmo estando incluídos nos parâmetros da produção moderna e capitalizada, isso não eliminou sua capacidade de disporem de seus meios de produção, segundo a lógica interna às unidades familiares camponesas.

Os resultados dessas transformações na agricultura atingiram de forma marcante a produção familiar que, como foi visto anteriormente, se viu compelida a tomar parte do movimento global de mudanças tecnológicas. Tudo leva a crer que as unidades produtivas familiares, postas frente a esta situação, assumiram a empreitada de capitalizarem-se; caso contrário, estariam fadadas a ocupar uma posição marginal no processo de desenvolvimento.

Esse processo de reorganização da produção familiar pode ser periodizado em dois momentos principais:

- Primeira fase: Traduz-se pela ocorrência da transformação da produção familiar tradicional (auto-suficiente) em mercado nacional para as indústrias fornecedoras, quando estas colocam à disposição dos produtores insumos e equipamentos gerados com altos níveis de sofisticação. Para garantir a assimilação deste padrão tecnológico, estabelecido pelo segmento industrial, são oferecidos aos agricultores incentivos financeiros e assistência técnica, cuja operacionalização possibilita a participação ativa do Estado, como intermediário entre os setores.
- Segunda fase: Traduz-se pelo interesse das empresas industriais em transformar as unidades produtivas familiares em fonte de matérias-primas agropecuárias, pressionando a adoção de técnicas modernas, de forma a garantir quantidade, qualidade e custos compatíveis com o processamento industrial.

Por outro lado, a reorganização das bases produtivas, sob a égide capitalista, não transformou totalmente as formas tradicionais de atividade agrícola. Determinadas áreas rurais continuam a desenvolver-se a partir da reprodução da agricultura de base familiar, cuja dinâmica pode ser encarada no contexto de subordinação às indústrias processadoras - as agroindústrias.

## **PRODUÇÃO FAMILIAR INTEGRADA AO CAI**

Ao adotar a perspectiva da integração intersetorial na economia, a noção analítica do CAI mostra-se apropriada para retomar o fio condutor que move as transformações operadas no setor agrícola. Permite também repensar as funções assumidas pela agricultura e os consequentes reflexos sobre os grupos sociais que têm suas bases materiais nesse complexo de inter-relações.

No caso específico dos produtores familiares (camponeses), considera-se, a priori, que estes se encontram amparados pela sua condição de proprietário individual dos meios básicos de produção; assim sendo, exercem uma certa autonomia quando inseridos no complexo de relações intersetoriais.

Desse modo, os camponeses, ou seja, aqueles cujas atividades ainda dependem em boa medida do uso intensivo dos fatores terra e

trabalho, passam a ingressar num processo em que as condições de sua reprodução, enquanto produtor familiar, encontram-se atrelados ao capital urbano-industrial.

Tais transformações, emergentes na década de 60 e intensificadas na de 70, provocaram significativas alterações na organização intensa da unidade produtiva familiar, principalmente através da especialização agrícola e da mercantilização da produção e da mão-de-obra. Então, os produtores familiares vêem-se compelidos a adotar um novo patamar técnico-produtivo, contando com elevada produtividade física do seu trabalho. Obviamente, a propriedade de terra e o emprego de braços do grupo familiar continuam embasando o desempenho das atividades produtivas no setor agrícola; porém, é visível que a conduta dos produtores rurais volta-se para a conquista de mercados e financiamentos, tornando-os elementos capitalizados e inseridos nas transações monetárias; em consequência, também usuários de maquinaria, insumos industriais e serviços técnicos.

Quando a nova combinação de elementos passa a mover o ciclo produtivo, permitindo a obtenção de excedentes em escala comercial, o produtor projeta suas aspirações em termos dos rendimentos que o montante físico da produção vai alcançar no mercado, tal que lhe permita suprir as necessidades básicas e, ainda, elevar seu padrão de vida. Desse modo, a reprodução do seu empreendimento depende fundamentalmente de que os investimentos monetários destinados à aquisição de elementos modernos estejam ajustados aos preços recebidos pelos produtos nos mercados industriais e comerciais.

Percebe-se que a incorporação da produção familiar nos circuitos externos (urbanos e industriais) provoca mudanças estruturais no interior da unidade produtiva familiar, tanto pelo lado da produção, como pelo incremento no consumo. Segundo Muller, passa a predominar uma produção familiar moderna e tecnificada, na qual os próprios produtores rurais assumem o papel de agentes econômicos, movimentando capital e investindo-o na produção de sua empresa familiar (MULLER, 1989). Porém, devido à manutenção de características específicas que a diferenciam como produção camponesa, essas "empresas" surgem na agricultura como formas de um "capitalismo sem capitalistas", como diz a literatura corrente.

Neste tipo de empresa de caráter familiar, é o proprietário que organiza e supervisiona diretamente o uso e a intensidade do uso da mão-de-obra, bem como dos recursos naturais. E ainda, exerce sua autonomia gerenciando seus custos de produção (em função deles, determina a intensificação do trabalho familiar e/ou a ampliação da área explorada) e o nível de investimentos em capital que a "empresa" é capaz de absorver.

Passada a fase inicial de transição no interior das unidades produtivas familiares, a tendência é que se configurem diferentes segmentos sociais em termos de relações de produção e desenvolvimento tecnológico:

*"De um lado aqueles que se atrelam ao CAI, gerando uma camada de produtores familiares capitalizados. E, de outro, aqueles que ficam marginalizados, pela sua baixa produtividade, dos grandes circuitos produtivos urbano industriais"* (SORJ, 1980, p.24)

De fato, a realidade social demonstra que o tipo de industrialização do campo no Brasil não funcionou de maneira igualitária para todos os produtores rurais, uma vez que não só exclui grande parte deles do processo de modernização, como aumentou sua pobreza. Isso porque o fato de não estarem efetivamente atrelados aos circuitos industriais funciona como fator restritivo na própria concorrência por mercados para sua produção.

Este caráter seletivo é fruto de critérios estabelecidos pelo CAI em relação à camada de agricultores passíveis de serem integrados. A saber, os produtores não podem ser produtores comuns, devem possuir uma propriedade cuja área não esteja abaixo da média regional, localizarem-se em locais de acesso à indústria e terem condições de obter crédito, para mover o processo produtivo dentro dos padrões requeridos para indústria. Deve ser um proprietário que utilize basicamente mão-de-obra familiar e que realize atividades voltadas ao mercado e, ainda, desenvolva outras, diversificadas, como forma de garantir sua sobrevivência.

Quaisquer que sejam as formas de integração associadas à produção familiar, não representam, em hipótese alguma, as tendências inexoráveis propostas pelas categorias analíticas de modo de produção capitalista, ou seja, o seu total aburguesamento ou a completa proletarianização e,

*"embora se formem unidades produtivas altamente capitalizadas e com uma alta produtividade do trabalho, as especificidades inerentes à produção familiar permitem um alto grau de desenvolvimento das forças produtivas, sem que haja necessariamente acumulação e centralização do capital, aumento da área média dos estabelecimentos e proletarianização no seu*

*stricto-senso*". (CORADINI & FREDERICO, 1982, t.63)

Uma análise mais específica das relações estabelecidas entre a agricultura e o setor urbano-industrial permite identificar várias "nuances" na formas de integração que une estes dois setores. Desse modo, a indústria pode estabelecer relações formais de integração com os produtores rurais, por intermédio de contratos de fornecimento de insumos e compra de produtos, até ligações indefinidas de compra e venda de produtos, sem chegar realmente a revolucionar os processos de produção agrícola.

Para o produtor formalmente integrado, a questão básica passa a ser sua subordinação ao capital industrial, através de normas contratuais estabelecidas entre produtores e empresa integradora.

Esta forma particular de subordinação caracteriza-se pelo fato de que o capital não domina totalmente as relações sociais de produção. O produtor familiar mantém a autonomia do processo de trabalho, o que lhe confere um caráter de trabalhador independente, mas não alheio ao capital, antes o torna um elemento do seu próprio funcionamento.

Atualmente, a subordinação dos produtores familiares se dá via integração aos complexos agroindustriais específicos, como afirma Callegaro:

*"Este é o sistema de produção de milhares de unidades produtivas camponesas no sul do País, a exemplo da produção de uvas, pessego, morango, fumo, aves, suínos, do Rio Grande do Sul até Santa Catarina, onde o trabalho integral da família está voltado à produção destinada ao abastecimento da agroindústria processadora e distribuidora".*  
(CALLEGARO, 1989, p.70-71)

O processo de integração ou não-integração de segmentos de produtores implica ter presente a simultaneidade de ação de grandes forças político-econômicas, geradoras de uma industrialização parcial da agricultura, respaldada no autoritarismo político do Estado. Assim, a convergência de objetivos das forças econômicas que agem no interior do CAI, torna a estrutura produtiva agrária na atualidade marcada por uma

*"(...) concentração creditícia, concentração dos meios modernos de produção e de comercialização e, concentração fundiária".*  
(MULLER et alii, 1990, p.14)

Todavia, entende-se que esta última forma de concentração, a da terra, não pode ser generalizada, pois assume várias faces em virtude das conexões estabelecidas com os outros segmentos do CAI, isto é, muitas vezes é a própria configuração da estrutura fundiária que favorece a integração da agricultura ao complexo. Nessa situação, embora ocupando uma pequena área fundiária, a produção integrada apresenta-se altamente capitalizada e, portanto, apta a participar do contexto produtivo moderno.

De modo geral, os produtores familiares, na sua luta para sobreviverem como tais, passam a assimilar as "regras do jogo" impostas pelo capital urbano-industrial e atrelam-se aos mecanismos disponíveis à agricultura, fornecidos, principalmente, pelos órgãos oficiais.

Sua capacidade de resposta às exigências do padrão de desenvolvimento vigente na economia levou os produtores à condição de usuários do fundo público, repassado a eles na forma de crédito agrícola. Foi justamente este capital financeiro que desencadeou o processo de industrialização do campo, o qual foi impondo a expansão das condições modernas de produção e serviu de caução ao novo desenvolvimento agrário, desigual e combinado.

A ação desenvolvida pelo Estado orienta-se no sentido de fortalecer a camada de produtores capitalizados, sejam pequenos, médios ou grandes proprietários de terras, mas cuja produção encontra-se prioritariamente destinada ao mercado. Esse apoio sistemático encontra-se materializado no conjunto de políticas direcionadas ao setor rural. O sentido fundamental dessas medidas tem sido articular a produção agrícola ao CAI e suprir as necessidades de abastecimento interno e externo; para tal, torna-se mister a consolidação de uma infraestrutura política coerente com o desenvolvimento econômico proposto para o sistema produtivo global.

O agente primário de mudanças na infra-estrutura econômica, social, institucional e política é, portanto, o Governo. Sua ação, corporificada nas medidas contidas no planejamento oficial, são adequadas, por exemplo, via estabelecimento de preços mínimos, financiamento agrícola, incentivos ao ensino e à pesquisa direcionadas à agricultura para a transformação da agricultura tradicional em um complexo moderno.

## BIBLIOGRAFIA

CALLEGARO, I.C. **Estratégias de sobrevivência familiar em pequenas propriedades rurais - Três Barras (RS)**, Santa Maria: UFSM, 1989, 237p. (dissertação de Mestrado).

- CORADINI, O.L. e FREDERICO, A. **Agricultura, cooperativas e multinacionais**, Rio de Janeiro: Zahar, 1982, 184p.
- MULLER, G. Agricultura e agroindústria. **Anais do Seminário - Revisão crítica da produção sociológica voltada para a agricultura**, São Paulo, ASEP/CEBRAP, 1984.
- \_\_\_\_\_ As relações indústria-agricultura e os padrões agrários no Brasil. **Rascunho** nº 2, Araraquara: FCL/UNESP, 1989, 51 p.
- MULLER, G. *et alii*. Conflitos sindicatos e agroindústrias: a difícil construção da democracia. **Rascunho** nº 11, Araraquara: FCL/UNESP, 1990, 52 p.
- Revista da Indústria**, abril, 1988.
- SORJ, B. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**, Rio de Janeiro: Zahar, 1980, 152 p.